



Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para facilitar o atendimento do consumidor pelos Procons por meio da internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 4º, 5º, 6º e 105 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

.....

II -

.....

e) pela simplificação do acesso aos Procons, por meio do emprego de tecnologias inovadoras de comunicação e informação;

.....

XI - promoção do atendimento na modalidade não presencial pelos serviços públicos de proteção e defesa do consumidor.” (NR)

“Art. 5º.....

.....

VIII - instituição de setores no âmbito dos Procons direcionados ao uso de tecnologias inovadoras de comunicação e informação na solução das reclamações dos cidadãos.

..... ” (NR)

“Art. 6º.....

.....





XIV - o atendimento não presencial pelos serviços públicos de proteção e defesa do consumidor.

....." (NR)

"Art. 105.

§ 1º Os órgãos de que trata o *caput* deste artigo deverão instituir sistema de resolução de conflitos por meio eletrônico.

§ 2º A resolução de conflitos entre as partes na forma do § 1º deste artigo constitui título executivo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

